

SALTAR MUROS, ENCANTAR ESCOLAS: O PARKOUR COMO PRÁTICA CORPORAL DE RESISTÊNCIA E METÁFORA PEDAGÓGICA CONTRA-HEGEMÔNICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

JUMPING WALLS, ENCHANTING SCHOOLS: PARKOUR AS A BODILY PRACTICE OF RESISTANCE AND COUNTER-HEGEMONIC PEDAGOGICAL METAPHOR IN SCHOOL PHYSICAL EDUCATION 

SALTAR MUROS, ENCANTAR ESCUELAS: EL PARKOUR COMO PRÁCTICA CORPORAL DE RESISTENCIA Y METÁFORA PEDAGÓGICA CONTRAHEGEMÓNICA EN LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR 

 <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147467>

 **Joanna Las Casas*** <joannalascasas@gmail.com>

* Secretaria Municipal de Educação de São Gonçalo (SEMED/SG). São Gonçalo, RJ, Brasil.

Resumo: Este ensaio propõe uma reflexão sobre o Parkour como prática corporal de resistência e metáfora pedagógica contra-hegemônica na Educação Física Escolar (EFE). Em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), discutimos os sentidos políticos e pedagógicos que emergem da tematização do Parkour como prática urbana de superação de obstáculos. Argumentamos que o Parkour, mais do que uma técnica corporal, atua como provocação educativa, desafiando lógicas curriculares normativas, hierarquias corporais e concepções tradicionais de ensino. Ao resgatar o potencial do corpo em movimento como linguagem e crítica, defendemos que práticas como o Parkour podem encantar a EFE ao ampliar horizontes de invenção, risco calculado e autonomia docente e discente. Em tempos de esgotamento de modelos tradicionais, refletir sobre o Parkour como gesto político-pedagógico é também abrir passagem para uma escola mais criativa, inclusiva e conectada às dinâmicas contemporâneas.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Parkour. Práticas Corporais de Aventura. Currículo.

Recebido em: 14 mai. 2025
Aprovado em: 23 out. 2025
Publicado em: 24 fev. 2026



Este é um artigo publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de esvaziamento do sentido da escola, de instrumentalização do currículo e de domesticação dos corpos, pensar o ensino da Educação Física Escolar (EFE) exige mais do que novos conteúdos: exige rupturas. A escola contemporânea, muitas vezes capturada por metas, avaliações e burocracias, tende a operar como espaço de controle e reprodução, afastando-se de sua vocação como território de experiências. Nesse processo, o currículo é convertido em roteiro técnico e o(a) professor(a), em executor(a), numa lógica que silencia saberes plurais e restringe a invenção pedagógica.

Para compreender o alcance dessa captura, é importante revelar de onde se olha e se fala. Ao tratar de currículo, partimos da compreensão de que ele não é um roteiro neutro ou uma seleção técnica de conteúdos, mas um campo de disputa e um dispositivo de poder. Em diálogo com Lopes; Macedo (2011) e Silva (2016), o currículo é entendido como construção discursiva, atravessada por relações de força que definem o que pode ser dito, ensinado e aprendido. Disputar o currículo é, portanto, disputar o direito de nomear saberes, de legitimar formas de vida, de inscrever corpos e vozes nos espaços escolares (Gabriel, 2019). Ao tensionar esse campo hegemônico, em que certos discursos se estabilizam e outros são excluídos (Laclau; Mouffe, 2015), o Parkour se afirma como uma prática para o dissenso e faz emergir na escola sua dimensão política, criadora e plural.

O corpo sofre os efeitos dessa racionalidade: é disciplinado, padronizado e adaptado a tempos e espaços que negam sua potência inventiva. A adesão formal de práticas como o Parkour pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio da Unidade Temática Práticas Corporais de Aventura (PCA), é, por si só, um gesto tensionado entre o reconhecimento da diversidade e os limites impostos por um currículo ainda moldado por racionalidades normalizadoras (Brasil, 2018; Sehn; Neuenfeldt, 2022).

O Parkour, enquanto prática urbana nascida nos interstícios do asfalto e da precariedade, emerge como linguagem que reescreve o espaço, inscreve o corpo e desafia a previsibilidade. Trata-se de uma prática que, conforme Santos; Menezes (2013), encarna uma “sociologia das ausências”, aquilo que o currículo tentou ocultar, marginalizar ou desautorizar como saber escolar. Saltar muros, neste contexto, é também saltar epistemologias dominantes, reinventar narrativas e disputar sentidos.

Este ensaio parte da compreensão do Parkour não apenas como prática corporal, mas como metáfora pedagógica de resistência. Em consonância com Larrosa Bondía (2002), o corpo que salta produz uma experiência estética e política: ele diz, com o gesto, aquilo que o discurso escolar não ousa pronunciar. O Parkour recusa a neutralidade do movimento, o espaço delimitado e o tempo regulado. Ele não espera autorização, ele cria passagens.

Ao tematizá-lo na EFE, interpelamos não apenas a legitimidade de seu conteúdo, mas a própria estrutura da escola que, ao longo de sua história, institucionalizou práticas seletivas, normativas e excludentes (Soares, 2012; Sena;

Lemos, 2020), como a hegemonia dos esportes convencionais que ainda opera como barreira à diversificação curricular e à valorização de práticas corporais diversificadas. A metáfora do salto, aqui, é também metáfora do risco. E, como afirma Sehn; Neuenfeldt (2022), tematizar o Parkour implica reconhecer o risco não como ameaça, mas como potência educativa, logo, educar é arriscar-se com o outro, é desfazer o chão conhecido para encontrar novos modos de caminhar.

Esta reflexão, portanto, propõe-se a pensar o Parkour como corpo-teoria: um modo de encantar a EFE por meio da abertura ao inesperado, da transgressão criativa e da insubmissão pedagógica. Ao tratar o currículo como território em disputa, e o corpo como potência inventiva, argumentamos que o Parkour pode ser mais do que um conteúdo alternativo: pode ser um gesto ético-político de resistência à pasteurização do ensino e à domesticação dos sentidos.

2 ENTRE OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES: O PARKOUR COMO PRÁTICA CORPORAL URBANA E INSURGENTE

O Parkour é mais do que uma manifestação corporal urbana, é um gesto insurgente contra a normatividade dos espaços, dos gestos e dos currículos escolares. Originado nos subúrbios de Lisses, na França, e impulsionado por jovens que ressignificaram o mobiliário urbano como território de criação, essa prática carrega em sua gênese a recusa do imobilismo e da previsibilidade. Ao utilizar muros, corrimões e escadarias como oportunidades de reinvenção do movimento, o Parkour inaugura uma estética do deslocamento que tensiona fronteiras entre o corpo e a cidade, entre o instituído e o possível. Conforme Marques (2011), trata-se de uma arte urbana que desafia e reinterpreta o uso tradicional do espaço público, reinscrevendo o corpo no território e subvertendo sua lógica utilitária.

No contexto da EFE, esse gesto encontra um campo fértil para provocar deslocamentos não apenas físicos, mas pedagógicos e epistemológicos. Sua entrada na BNCC como uma das expressões das PCAs representa um marco ambivalente: por um lado, legitima a presença de práticas não hegemônicas no currículo; por outro, sua implementação continua cercada de receios, restrições e desconhecimentos (Brasil, 2018; Sehn; Neuenfeldt, 2022). Como apontam França; Domingues (2023), ainda que as PCAs sejam oficialmente reconhecidas, sua presença nas aulas permanece tímida, com poucos estudos empíricos e inúmeros desafios relatados por professores (as), que vão desde a insegurança até a falta de conhecimento sobre como aplicá-las.

Não se pode ignorar, contudo, que o reconhecimento do Parkour como objeto de conhecimento pela BNCC traz consigo um novo tipo de risco: o da captura pedagógica. Ao ser inserido no currículo oficial, o Parkour passou a habitar um campo de disputas em que diferentes racionalidades educacionais buscam enquadrá-lo. Ele é ora compreendido como manifestação das PCAs, ora como modalidade esportiva, especialmente em suas versões competitivas como o *Speed Run*, ou o *Freestyle*, ora ainda como manifestação gímnica, quando apropriado pela Federação Internacional de Ginástica (FIG). Essa multiplicidade de leituras produz o que podemos chamar

de uma sobreposição pedagógica: o mesmo gesto passa a ser significado de formas distintas conforme o campo que o reivindica.

No entanto, essa sobreposição não precisa ser interpretada apenas como ameaça ou descaracterização. Pelo contrário, pode ser uma oportunidade para explorar as polissemias e polimorfias do Parkour em contexto escolar. Ao transitar entre o universo da aventura, do esporte e da ginástica, o Parkour convida professores(as) e estudantes a problematizarem as fronteiras entre essas práticas, tensionando o que se entende por técnica, risco, disciplina e criação. Na escola, tal ambiguidade pode ser fértil se o foco permanecer na experiência, na expressão e na autoria, e não na padronização do gesto ou na mensuração do desempenho. O desafio, portanto, não é eliminar as disputas de sentido, mas habitá-las pedagogicamente. Essa tensão não se limita ao contexto escolar. Na cultura contemporânea, o Parkour também transita entre a contracultura e o espetáculo, entre a criação livre e a esportivização institucionalizada. Reconhecer essa ambiguidade é fundamental para que a escola não repita a captura que já opera fora dela, mas a transforme em oportunidade de leitura crítica e reinvenção pedagógica.

Ao tematizar o Parkour como conteúdo escolar, traz-se à tona uma prática que convoca o corpo à improvisação. Esse improviso não se confunde com o improviso da ausência, aquele que historicamente marcou a Educação Física (EF) pela falta de intencionalidade pedagógica e pelo abandono docente, o famoso “rola a bola”. O improviso do Parkour é outro: é o improviso da atenção, da escuta e da invenção situada. Ele emerge do encontro com o inesperado, do corpo que responde criativamente às contingências do espaço e do tempo. Trata-se de um improviso ético, não por falta de planejamento, mas porque reconhece que planejar também é deixar espaço para o vivido.

Convoca, também, ao risco calculado, à ocupação criativa do espaço: qualidades frequentemente esvaziadas nas aulas tradicionais de Educação Física (EF), ainda pautadas por modelos técnico-esportivos, previsíveis e seletivos. Como mostram Sena; Lemos (2020), muitos(as) professores(as) ainda compreendem o Parkour como prática perigosa, marginal ou inviável, o que reforça a urgência de formação docente crítica e a produção de recursos que sustentem a sua viabilidade pedagógica. Essas resistências não devem ser lidas como desinteresse, mas como resultado de processos formativos que invisibilizam práticas corporais contra-hegemônicas e reforçam a centralidade dos esportes convencionais como sinônimo de “boa aula”.

Contudo, é justamente essa qualidade de risco, não como ameaça, mas como potência, que o torna fértil para o ambiente escolar. O risco no Parkour não está na imprudência, mas na recusa à passividade. Como afirmam Sehn; Neuenfeldt (2022), tematizar o Parkour na EFE é reconhecer que há ensino possível na incerteza, na adaptação e na criação de estratégias diante do inesperado. É compreender que o corpo aprende quando se desafia, e que o espaço escolar pode (e deve) ser mais do que lugar de contenção: pode ser lugar de invenção. O Parkour, para Jesus (2020), instala o gesto como potência crítica e afirma que o corpo não apenas se movimenta, mas denuncia, propõe e reconstrói sentidos.

Assim sendo, o Parkour se aproxima do que Santos; Meneses (2013) nomeiam como epistemologia do Sul: saberes nascidos da experiência, do cotidiano, da marginalidade, que desafiam a lógica da monocultura do saber válido. Ao saltar sobre muros, o corpo também salta sobre as fronteiras do que é considerado “ensino legítimo”. O Parkour, nesse gesto, anuncia que há saber nos becos, nos bancos, nas escadas, e que há educação no improviso e na insubmissão dos corpos que ocupam a escola com presença.

Enquanto muitas práticas corporais foram historicamente domesticadas para caber nas quadras escolares, limpas de risco, de desejo, de invenção, o Parkour escapa. Ele não cabe na fila. Não espera apito. Não respeita o espaço “autorizado”. E é justamente por isso que sua presença na escola pode ser potente: porque desafia. Porque propõe outros modos de existir, de mover-se, de ensinar e de aprender.

A insurgência do Parkour, portanto, não está apenas na forma como se move, mas no que ele convoca: um currículo vivo, um ensino atravessado pelo mundo, uma escola disposta a ser desestabilizada. Quando o Parkour salta muros, ele não busca apenas ultrapassar obstáculos físicos, mas desorganizar as certezas sobre o que pode um corpo, o que pode um gesto, o que pode uma aula de EF.

3 METÁFORA PEDAGÓGICA E ENCANTAMENTO: QUANDO O CORPO SALTA E A ESCOLA SE DESLOCA

Pensar o Parkour como metáfora pedagógica é compreender que a escola precisa, ela mesma, aprender a mover-se. A imagem do corpo que salta, que se arrisca, que ocupa criativamente os espaços urbanos, em desacordo com sua destinação funcional, permite tensionar concepções cristalizadas de currículo, de ensino e de aprendizagem. A metáfora do salto, nesse sentido, desloca o olhar: da técnica para a experiência, do controle para o encontro, da instrução para a invenção. A fuga da previsibilidade, aqui, refere-se à recusa de planejamentos rígidos e inflexíveis, da repetição acrítica de rotinas escolares e da centralidade de ferramentas de avaliação meramente classificatórias. O salto propõe a abertura de frestas no instituído para a emergência da criação partilhada.

Para Larrosa Bondía (2002), a experiência se dá quando algo nos acontece, quando somos atravessados por aquilo que não dominamos, quando há descontinuidade no tempo da vida. O Parkour, enquanto prática, abre espaço para essa experiência ao introduzir o risco, não como perigo a ser evitado, mas como fissura que desestabiliza o habitual e permite a emergência do novo. Ao tematizá-lo na escola, propõe-se também um deslocamento na própria concepção de aula: o saber não mais como transmissão, mas como travessia; o corpo, não mais como objeto de controle, mas como sujeito de criação.

A sua força pedagógica reside justamente naquilo que ele desorganiza. É quando os(as) professores(as) reconhecem que não sabem o caminho exato, que não têm domínio absoluto sobre o conteúdo, que a prática se torna mais potente. Nesse momento, o ensinar deixa de ser repetição para ser invenção compartilhada.

Como afirma Sehn; Neuenfeldt (2022) e França; Domingues (2023), o Parkour não é só conteúdo alternativo, é convite ao deslocamento epistêmico: ele exige reaprender a ver o espaço, a escutar o corpo e a reorganizar o tempo da escola, subvertendo a lógica cronológica e produtivista que fragmenta o dia em horários e resultados, para instaurar um tempo vivido: o tempo da experiência, onde o aprender não obedece ao relógio, mas ao acontecimento.

A metáfora do salto, portanto, não é apenas representativa de um movimento corporal, mas de um movimento pedagógico. Ela rompe com a linearidade do ensino tradicional e sugere um gesto de fuga da previsibilidade, da padronização, da performance utilitária como finalidade. E é nessa fuga que reside o encantamento da escola. Pois uma escola que salta com seus(as) estudantes é uma escola que se permite ser outra, que se permite inventar e constantemente se revê.

Diz respeito a encantar o que historicamente foi desprovido de sentido. A EFE, muitas vezes associada a experiências de fracasso, desinteresse, exclusão e desencanto, encontra no Parkour uma oportunidade de inaugurar outros modos de relação com o corpo e com o aprender. Encantar, nesse contexto, é fazer pulsar o que parecia adormecido: a curiosidade, a invenção e o desejo a um espaço que, tantas vezes, operou pela contenção e pela repetição.

O encantamento aqui não é ingênuo, muito menos romântico. Trata-se de fabricar a potência política da escola, não como retorno a um passado ideal, mas como tarefa sempre inacabada de instaurar o comum, de abrir tempos de atenção e modos de estar-juntos. Como propõe Larrosa Bondía (2017), em “Elogio da Escola”, é afirmar a escola como espaço de acontecimento, onde algo ainda pode acontecer, mesmo entre ruínas. Em diálogo com Santos; Meneses (2013), significa fazer existir, na prática, uma escola capaz de acolher saberes outros, de escutar vozes historicamente silenciadas e de criar condições para que o conhecimento seja vivido, e não apenas transmitido. O Parkour, enquanto gesto, propõe isso: deslocar-se é também insurgir, é sair de si e, ao mesmo tempo, chegar a si mesmo por outras vias.

Nesse cenário, o(a) professor(a) não é aquele(a) que detém o caminho, mas quem salta junto. O salto, nesse caso, é também epistemológico. É a renúncia ao lugar de controle para habitar o terreno da criação, do risco, da incerteza, onde, paradoxalmente, há mais ensino do que no terreno seguro da repetição. Como afirma Jesus (2020), ao saltar, o corpo não só atravessa o espaço: ele redesenha o tempo, reordena o gesto e reposiciona o saber.

Importa destacar que saltar também é ambíguo. Há saltos que libertam e saltos que ferem; saltos que ampliam e saltos que encobrem. Há o salto do(a) estudante que transpõe um muro para fugir da escola, e o salto que a escola dá ao passar alguém de série sem garantir o aprendizado, ambos revelam modos distintos de lidar com o limite. Há saltos que rompem a rotina e abrem frestas de criação, e há saltos que apenas antecipam resultados para cumprir metas. O gesto de saltar, portanto, não é linear: ele comporta transgressões, omissões e resistências.

É nesse emaranhado de sentidos que o Parkour oferece uma metáfora ética para a docência. Saltar, aqui, não é evadir-se, mas expor-se ao risco de criar; não é

negar o chão, mas reinventar o modo de pisá-lo. Ao tematizar o salto como princípio pedagógico, afirmamos que a educação não deve temer o desequilíbrio, pois é nele que a experiência se faz movimento e o aprender ganha corpo.

Encantar a EF, portanto, é permitir que ela encontre sua vocação para o movimento: não o movimento medido, avaliado, normalizado, mas o movimento que interpela, que emociona, que comunica. O Parkour, nesse horizonte, não é um modismo ou apenas uma técnica a ser ensinada, mas um convite a uma escola que escuta seus muros, que reconhece seus limites e que se dispõe a saltá-los junto com seus(as) estudantes.

4 CONTRA A NORMATIVIDADE CURRICULAR: O PARKOUR COMO RESISTÊNCIA EDUCATIVA

A normatividade curricular opera como uma força silenciosa que naturaliza hierarquias, apaga saberes e padroniza corpos. Em sua expressão mais sutil, ela se manifesta na repetição do que já foi legitimado: os esportes convencionais, os gestos treináveis, as metas mensuráveis. No interior da EFE, essa lógica produz uma pedagogia do mesmo, marcada por regularidade, previsibilidade e baixo risco. O corpo, nesse cenário, é domesticado para caber nos limites do aceitável e do eficiente, como denunciado por Soares (2012), ao analisar as raízes históricas de uma EFE forjada na racionalidade da performance e da disciplina.

Ainda assim, é possível reconhecer que o Parkour não se afasta totalmente da ideia de performance, mas a desloca de seu eixo disciplinar. Se na racionalidade moderna a performance é medida pela eficiência, pela repetição técnica e pelo controle do gesto, no Parkour ela assume outro contorno: o da expressão estética, do risco criativo e da autoria. Há também performance no salto, mas uma performance que não busca o aplauso nem a medalha, e sim o encontro entre corpo e espaço. Trata-se de uma performance que se constrói na singularidade do gesto e na poética da travessia, e não na padronização do movimento. Nesse sentido, o Parkour reinscreve a performance como linguagem de liberdade, e não como dispositivo de controle.

É justamente por propor essa reconfiguração da performance que o Parkour opera como contrapedagogia. Sua lógica é a do improviso, da adaptação, da ocupação insurgente dos espaços. É o corpo que se recusa a andar apenas por onde há calçada, que salta onde não deveria saltar, que se desloca fora da linha reta. Trata-se, portanto, de uma prática que não apenas diverge do currículo prescritivo, ela o confronta. Como afirmam Sehn; Neuenfeldt (2022), tematizar o Parkour na escola é abrir frestas num modelo que, por muito tempo, tentou organizar o ensino da EFE em torno da obediência técnica e da linearidade dos conteúdos.

Essa confrontação não é apenas simbólica. Ao adentrar o espaço escolar, o Parkour mobiliza novas práticas docentes, tensiona a função do espaço físico e ressignifica os tempos escolares. A inserção do Parkour nas aulas de EFE provoca deslocamentos importantes: do ensino centrado na técnica para o ensino centrado na experiência; do receio do risco para sua apropriação pedagógica; do comando à

escuta. Isso porque o Parkour exige o que o currículo normativo teme: a incerteza, a autoria, o imprevisto.

E é justamente essa recusa da neutralidade que o aproxima da resistência educativa. Segundo Santos; Meneses (2013), resistir é mais do que negar o opressor: é construir outras epistemologias, outras pedagogias, outros mundos possíveis. O Parkour se alinha a essa proposta ao propor um ensino atravessado pelas bordas da cidade, pelos muros da escola, pelos corpos que não cabem. Ele inscreve, no gesto de saltar, uma reivindicação: a escola não precisa apenas ensinar a se adaptar ao mundo, ela pode, e deve, ensiná-lo a ser transformado.

França e Domingues (2023) argumentam que as PCAs ainda enfrentam inúmeros entraves em sua efetivação nas escolas, e não apenas por questões estruturais, mas por uma resistência simbólica que associa tais práticas ao risco, à desordem e à falta de conteúdo. No entanto, é preciso perguntar: risco para quem? Desordem de que ordem? Falta de conteúdo segundo qual epistemologia? Ao tematizar o Parkour, esses critérios de validação são interrogados, desestabilizados e, muitas vezes, subvertidos.

Essa subversão não implica abandono do planejamento, da intencionalidade ou da responsabilidade pedagógica. Pelo contrário: implica um redimensionamento desses elementos à luz da potência inventiva do corpo. Como aponta Jesus (2020), quando o gesto se torna criação, o(a) professor(a) ganha outra posição. Ele(a) já não ensina apenas conteúdos, mas provoca encontros. Encontros entre corpo e espaço, entre gesto e cidade, entre saber e a realidade.

Ao se opor à normatividade curricular, o Parkour não nega o currículo, ele o disputa. Disputa seu sentido, seus caminhos, suas margens. Ele propõe que o currículo possa ser, ele mesmo, corpo em movimento: não um roteiro fechado, mas uma cartografia que se desenha com os(as) estudantes. E nesse percurso, a resistência se faz aula. Uma aula que escuta, que provoca, que acompanha e que salta junto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR QUE SALTE MUROS

Saltar muros não é apenas um gesto atlético. É um gesto político. É o corpo que recusa a rota traçada, que reivindica novos caminhos, que desenha no espaço o contorno de sua liberdade. Ao longo deste ensaio, defendemos que o Parkour, mais do que um conteúdo possível para a EFE, é uma metáfora pedagógica de resistência. Ele interpela a escola em seus fundamentos: sua organização do tempo, seu uso do espaço, suas concepções de ensino e sua estrutura curricular.

Ao tematizá-lo como prática insurgente, urbana e criativa, reconhecemos no Parkour uma potência de encantamento da EFE, uma disciplina historicamente marcada pela domesticação dos corpos, pela normatividade dos gestos e pela hierarquia dos saberes. O Parkour desloca essa lógica ao propor o risco como aprendizado, o improviso como metodologia e o corpo como produtor de saberes.

Ele afirma que há ensino na incerteza, há formação na instabilidade e há política no movimento.

Este ensaio não desconsidera os limites materiais e simbólicos que atravessam a implementação dessa prática no cotidiano escolar. Ao contrário, reconhece que há muros a serem saltados: falta de formação, de respaldo institucional, desconstrução da percepção de insegurança, entre outros. Mas defende que é justamente nesses obstáculos que reside o princípio de uma pedagogia por vir, porque só salta quem reconhece o muro, quem enxerga o limite e escolhe enfrentá-lo com o corpo inteiro.

É nesse gesto que delineamos os contornos iniciais do que chamo aqui de *Pedagogia do Salto*. Essa pedagogia não é método nem técnica, mas horizonte. Ela nasce da recusa à neutralidade, da abertura ao inesperado e da aposta no corpo como criador de sentido. Saltar, nesse contexto, é mais do que vencer obstáculos: é afirmar a travessia como forma de saber, é produzir conhecimento no risco, é redesenhar o currículo como movimento e invenção. A *Pedagogia do Salto* propõe que o(a) professor(a) conduza com cuidado, mas não pelo medo. Que a segurança não seja um ponto de ancoragem, e sim de partida. Que o ensino não se paralise diante do risco, mas aprenda a habitá-lo com responsabilidade. Que a escola deixe de ser território de contenção para tornar-se território de passagem, de afeto e de reinvenção.

Se o salto do Parkour desorganiza o trajeto previsto para abrir novas rotas, que a *Pedagogia do Salto* desorganize também as certezas do ensinar. E que, ao fazê-lo, permita que a EFE reencontre sua vocação: mover-se com o mundo, e não apenas dentro dele.

Reivindicamos, portanto, uma EF que autorize o gesto, que acolha a travessia, que celebre o deslocamento. Uma EFE que não se conforme em ensinar apenas a obedecer a regras, mas que forme sujeitos capazes de criar novos jogos, novas trilhas, novos sentidos. Uma EFE que salte com seus(as) estudantes, não por acrobacia, mas por convicção ética e política.

Por fim, defendemos que o Parkour não seja apenas incluído nos documentos oficiais, mas escutado em sua radicalidade: como prática contra-hegemônica, como metáfora de enfrentamento, como ferramenta de construção de uma escola mais viva, mais justa e mais em movimento. Uma escola que, diante do muro, não recue. Mas salte.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.

FRANÇA, Dilvano L.; DOMINGUES, Soraya C. Possibilidades e desafios no ensino das práticas corporais de aventura nas aulas de Educação Física escolar. **Motrivivência**, v. 35, n. 66, p. 1-22, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2023.e89906>

GABRIEL, Carmen T. Currículo e construção de um comum: articulações insurgentes em uma política institucional de formação docente. **Revista e-Curriculum (PUCSP)**, v. 17, n. 4, p. 1545-1565, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1545-1565>

JESUS, Edna Nascimento. **Trajetória do processo de ensino do Parkour na cidade de Natal/RN**. 2020. 112f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Física) – Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29234>. Acesso em: 15 mar. 2025.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LARROSA, Jorge (org.). **Elogio da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARQUES, Rafael Adriano. **Cidade lúdica**: um estudo antropológico sobre as práticas de Parkour em São Paulo. 2010. 87 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. DOI: <https://doi.org/10.11606/D.8.2011.tde-05072011-142133>

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEHN, Alana Ivani; NEUENFELDT, Derli Juliano. Práticas corporais de aventura na educação física escolar: o que os professores têm a dizer? **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 14, n. 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v14i2a2022.3083>

SENA, Dianne Cristina S.; LEMOS, Miguel H. S. Parkour: propostas de aulas na educação física escolar. **Caderno de Educação Física e Esporte**, v. 18, n. 2, p. 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36453/2318-5104.2020.v18.n2.p159>

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física**: raízes europeias e Brasil. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2012.

Abstract: This essay proposes a reflection on Parkour as a bodily practice of resistance and a counter-hegemonic pedagogical metaphor in School Physical Education (SPE). In dialogue with the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), we discuss the political and pedagogical meanings that emerge from thematizing Parkour as an urban practice of overcoming obstacles. We argue that Parkour, more than a bodily technique, functions as an educational provocation, challenging normative curricular logics, bodily hierarchies, and traditional conceptions of teaching. By reclaiming the potential of the moving body as both language and critique, we contend that practices such as Parkour can enchant School Physical Education by expanding horizons of invention, calculated risk, and teacher–student autonomy. In times of exhaustion of traditional models, reflecting on Parkour as a political-pedagogical gesture also means opening pathways toward a more creative, inclusive, and contemporary school.

Keywords: Physical Education and Training. Parkour. Adventure Body Practices. Curriculum.

Resumen: Este ensayo propone una reflexión sobre el Parkour como práctica corporal de resistencia y metáfora pedagógica contrahegemónica en Educación Física Escolar (EFE). En diálogo con la Base Nacional Común Curricular (BNCC), discutimos los sentidos políticos y pedagógicos que emergen de la tematización del Parkour como práctica urbana de superación de obstáculos. Argumentamos que el Parkour, más que una técnica corporal, actúa como una provocación educativa, desafiando las lógicas curriculares normativas, las jerarquías corporales y las concepciones tradicionales de enseñanza. Al rescatar el potencial del cuerpo en movimiento como lenguaje y crítica, defendemos que prácticas como el Parkour pueden encantar la EFE al ampliar horizontes de invención, riesgo calculado y autonomía docente y discente. En tiempos de agotamiento de los modelos tradicionales, reflexionar sobre el Parkour como gesto político-pedagógico también abrir paso a una escuela más creativa, inclusiva y conectada con las dinámicas contemporáneas.

Palabras clave: Educación y Entrenamiento Físico. Parkour. Prácticas Corporales de Aventura. Curriculum.

LICENÇA DE USO

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja corretamente citado. Mais informações em: <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0>

CONFLITO DE INTERESSES

A autora declarou que não existe nenhum conflito de interesses neste trabalho.

CONTRIBUIÇÕES AUTORAIS

Joanna Las Casas: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Supervisão, Escrita – Rascunho Original e Escrita – Revisão e Edição.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado sem o apoio de fontes financiadoras.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

COMO REFERENCIAR

LAS CASAS, Joanna. Saltar muros, encantar escolas: o Parkour como prática corporal de resistência e metáfora pedagógica contra-hegemônica na Educação Física Escolar. **Movimento**, v. 32, p. e32002, jan./dez. 2026. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.147467>

RESPONSABILIDADE EDITORIAL

 Alex Branco Fraga*

 Elisandro Schultz Wittizorecki*

 Mauro Myskiw*

 Raquel da Silveira*

 Roseli Belmonte Machado*

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Porto Alegre, RS, Brasil.